

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.350.616 - BA (2010/0173623-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : ALBERTO CUNHA DOS SANTOS
ADVOGADO : LUIZ AUGUSTO REIS DE AZEVEDO COUTINHO E OUTRO(S)
- BA014129
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALBERTO CUNHA DOS SANTOS contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I e IV, c/c os arts. 14, II, 29 e 69, todos do Código Penal, às penas de 5 anos de reclusão e 4 anos de reclusão.

A apelação interposta pela defesa foi desprovida pelo Tribunal de origem.

Daí o recurso especial, no qual a defesa apontou violação ao disposto nos arts. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 14, II, 29 e 68, todos do Código Penal. Acenou, ainda, com divergência jurisprudencial.

Alegou que a sentença *"encontra-se dissociada da prova trazida nos autos, as quais não geram dúvida acerca da real autoria do delito levado a efeito. Além disso, valendo-se de uma interpretação notadamente equivocada, acabou por condenar a uma pena absurdamente severa um sujeito que sequer participou da ação delituosa, conduzindo à necessidade de se interpor o presente recurso especial"* (e-STJ fls. 27/28).

Sustentou que *"a falta de confirmação de autoria, combinada com os depoimentos que confirmam a ação perpetrada por 'Ricardo Baço', 'Cacá' e 'Pirão Perdido', conduzem à inegável necessidade de se determinar a anulação da decisão proferida e, por conseguinte, declarar a realização de um novo julgamento para o recorrente, sendo causas suficientes para tanto"* (e-STJ fl. 28).

Afirmou que *"a decisão aqui combatida foi equivocada ao reconhecer, diante de meras conjecturas ministeriais, as qualificadoras elencadas nos incisos I e IV do art. 121, § 2º do CP, posto que, ainda que fossem verdadeiros os fatos, não estão presentes as elementares que serviram de fundamento ao acolhimento do motivo torpe e recurso que tornou impossível a defesa da vítima, acarretando na Dosimetria Penal"* (e-STJ fl. 29).

Quanto à dosimetria, sustentou que *"o prolator da decisão afastou-se do limite mínimo fixado para o tipo penal, sem apresentar justificativas suficientes, embora a maioria das circunstâncias judiciais seja favorável ao Recorrente"* (e-STJ fl. 30).

Inadmitido o recurso na origem, a defesa interpôs o presente agravo de instrumento.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo **desprovimento** do agravo (e-STJ fls. 72/74).

É o relatório.

Decido.

De início, verifico que os fundamentos da decisão que não admitiu o apelo raro foram suficientemente impugnados, razão pela qual conheço do presente agravo.

Outrossim, verifico, de plano, a viabilidade do recurso especial quanto às teses aventadas em suas razões.

Antes de analisar o mérito do recurso, no entanto, observo a perda do seu objeto, tendo em vista que a pretensão punitiva está prescrita.

No caso dos autos, o agravante foi condenado às penas de 4 e 5 anos de reclusão.

Desse modo, o prazo prescricional seria de 12 anos (inciso III do art. 109 do Código Penal). No entanto, diante do fato de que o agravante era menor de 21 anos na data dos fatos (e-STJ fl. 12), esse prazo deve ser reduzido pela metade – conforme dispõe o art. 115 do Código Penal –, consolidando-se em 6 anos.

Assim, é de rigor o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, tendo em vista o transcurso daquele prazo lapso prescricional entre a publicação da sentença condenatória, último marco interruptivo, e a presente data.

Ante o exposto, com fulcro no art. 109, III, do Código Penal, c/c o art. 61 do Código de Processo Penal, declaro **extinta a punibilidade** do agravante, pela prescrição da pretensão punitiva, e julgo **prejudicado** o recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

